

Poucos credores já aderiram ao plano de renegociação da dívida *ext*

por Paulo Sotero
de Washington

E pequena ainda a adesão dos bancos à proposta brasileira de refinanciamento da dívida externa. Apenas duas centenas de bancos, ou menos de um terço do total dos credores privados da dívida externa brasileira, haviam aderido, no final da semana passada, à renegociação parcial da dívida concluída no final de fevereiro entre o governo e o comitê representativo dos bancos, em Nova York. Na proposta enviada aos aproximadamente setecentos bancos no dia 12 de março, o Banco Central (BC) pediu que respondessem até 15 de abril.

Segundo fontes financeiras, o número reduzido de adesões registrado até agora não parece estar causando um grau especial de preocupação, seja no Banco Central seja no comitê de bancos. Isso se deve, provavelmente, ao fato de faltarem ainda quase dois meses para se esgotar o prazo a partir do qual a efetivação do novo acordo,

prevista para 15 de agosto, ficaria ameaçada.

Além disso, o grupo de credores que já aceitou por escrito a proposta de renegociação compreende o grosso dos grandes bancos, o que obviamente ajuda a convencer os demais. Por fim, a versão revista do programa financeiro do governo só foi enviada aos bancos na semana passada — e isso pode ter levado algumas instituições a adiar o envio dos telex confirmando sua participação no que, juridicamente, é uma emenda do acordo da fase II, assinado em 1984.

LIQUIDADOS

A escassez de respostas à proposta de renegociação mostra, contudo, algumas coisas. Em primeiro lugar, que a reunião que o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, fez com os representantes dos credores, no final de março, na Costa Rica, não produziu todos os resultados sugeridos pelo otimismo que os representantes do governo e do comitê de bancos procuraram exibir na ocasião.

O pequeno número de respostas parece confirmar, igualmente, as informações colhidas nas últimas semanas junto a banqueiros brasileiros e norte-americanos sobre o efeito, na venda da proposta da renegociação, da questão dos empréstimos pela Resolução nº 63 dos três bancos liquidados pelo governo em novembro passado (Auxiliar, Comind e Maisonnauve).

A propósito, um alto executivo de um dos oito bancos representados no jantar oferecido pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em Nova York, na semana retrassada, disse a este jornal que o problema dos empréstimos da 63 foi tema da única troca de farpas entre anfitriões e convidados no restaurante Le Cygne. "Os empréstimos da 63 são, claramente, um obstáculo para a adesão de muitos bancos", disse uma fonte bem informada. Japoneses e árabes parecem ser os mais relutantes. Mas eles têm também a companhia de alguns franceses,

além de bancos médios nos EUA.

A proposta de pagamento dos empréstimos pelo valor do dia da liquidação, formulada pelos ex-proprietários do Comind e enviada a alguns credores externos, não foi bem recebida, segundo fonte de um grande banco interessado. "O que eles propõem é que os bancos dêem a quitação de 100% do empréstimo contra o pagamento de 60%. E isso ninguém vai aceitar", disse o banqueiro.

CLUBE DE PARIS

Por outro lado, fontes bem informadas acreditam que a reabertura do caminho para a renegociação da dívida oficial com o Clube de Paris, que foi aparentemente assegurada na semana passada, ajudará a venda da proposta de renegociação. Pelas indicações disponíveis, o BC decidiu aguardar mais um par de semanas para reavaliar o número de adesões e, então, se será necessário alterar a atual estratégia de venda do acordo.